



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Coordenadoria Estadual na Bahia

Av. Ulysses Guimarães, 630, Centro Administrativo da Bahia, Salvador/BA, CEP 41213-000
Telefones: (85) 3391-5100 - <https://www.gov.br/dnocs>

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 90/2024

Processo nº 59404.000477/2024-71

Unidade Gestora: COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA BAHIA - CEST/BA

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM
A DEPARTAMENTO NACIONAL DE
OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS,
POR INTERMÉDIO DE SUA
COORDENADORIA ESTADUAL -
CEST/BA E A PREFEITURA
MUNICIPAL DE MARACÁS - BA.**

O **DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS**, por intermédio da **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA BAHIA - CEST/BA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 00.043.711/0007-39, com sede na 6ª Avenida nº 630, CAB, na cidade de Salvador- BA, neste ato representada pelo Coordenador Estadual, o Sr. **RAFAEL GUIMARÃES DE CARVALHO**, brasileiro, casado, RG nº 08.589.053-70 SSP/BA e do CPF nº 801.734.035-49, residente e domiciliado na cidade de Salvador -BA, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS - BA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **13.910.203/0001-67** com sede na Praça Ruy Barbosa, 705, Centro - Maracás, **CEP 45.360-000**, neste ato representado por seu Prefeito, **UILSON VENANCIO GOMES DE NOVAES**, RG nº **01.771.826-01 SSP**, CPF nº **113.277.315-68**, residente e domiciliado na Rua Nestor SA 375, Boa Vista - Maracás - BA, **CEP 45.360-000**, considerando o constante no processo em epígrafe, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, com observância à Lei 14.133 de 2021, com às cláusulas e condições a seguir descritas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer colaboração mútua entre o **DNOCS e a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS - BA** para cooperação técnica de acordo com Plano de Trabalho aprovado pelo **DNOCS**, que integra o presente Acordo independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os **PARTÍCIPES** obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os **PARTÍCIPES**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

3.1. A **PREFEITURA** assume inteira responsabilidade, durante a vigência deste Acordo, por danos e prejuízos causados ao **DNOCS** e por todas e quaisquer reclamações decorrentes de acidentes,

mortes, perdas ou destruições parciais ou totais a pessoas, materiais, coisas, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas nas atividades que possam surgir consequentes deste acordo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

4.1. O presente Acordo deverá ser executado fielmente pelos PARTICIPES, de acordo com as cláusulas pactuadas, o Plano de Trabalho e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedada a **PREFEITURA** utilizar os bens disponibilizados pelo **DNOCS** para finalidade alheia ao objeto da parceria.

4.2. São obrigações exclusivas do DNOCS:

4.2.1. Entregar a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS - BA** mediante termo de recebimento, o equipamento a seguir relacionado, cuja utilização é restrita ao previsto no plano de trabalho:

4.2.1.1. **1 (Um) CAMINHÃO TRUNCADO 6X2 COM TANQUE PIPA DE CAPACIDADE 12000L IVECO TECTOR 24280 ANO MODELO 2023/2024 | PLACA: SDH2H78 | COR BRANCO | COMBUSTIVEL DIESEL | CHASSI:93ZE62LMZR8703595 | POTÊNCIA 280 CV TANQUE 950 | MOTOR:F4AFE611Z*J*8126280* | PROCONVE P8 E(6) FREIOS ABS/EBD/EBL+ FREIO MOTOR AR CONDICIONADO DIREÇÃO HIDRÁULICA EQUIPADO COM TANQUE PIPA 12000L GARANTIA (24 MESES) MANUAL 06 MACHAS CMT 33.000KG I NOTA FISCAL Nº 000.000.409 | SÉRIE: 001 | FOLHA 1/1 | NUMERAÇÃO DO TOMBAMENTO SIADS: 23115518 - FORZA DISTRIBUIDORA LTDA.**

4.2.2. Monitorar e avaliar o cumprimento do objeto do presente Acordo;

4.2.3. Retomar os bens recebidos pela **PREFEITURA**, caso não sejam utilizados em conformidade com o estabelecido neste Acordo de Cooperação;

4.3. São obrigações exclusivas da PREFEITURA:

4.3.1. Fornecer os demais materiais e acessórios, necessários a execução das metas previstas no Plano de Trabalho;

4.3.2. Arcar com as despesas referentes à mão de obra e insumos necessários para a execução do objeto;

4.3.3. Receber oficialmente os equipamentos disponibilizados pelo **DNOCS** para a consecução do objeto deste Acordo, mediante a 1ª via do termo de entrega e recebimento, devidamente assinada pelo representante do **DNOCS** e pelo representante da **PREFEITURA**;

4.3.4. Responsabilizar-se pela guarda, operação e manutenção do bem recebido em decorrência deste Acordo de Cooperação;

4.3.5. Zelar pela integridade do bem disponibilizado pelo **DNOCS**, relacionados na cláusula terceira do presente instrumento, conservando-os em perfeito estado de uso, não podendo dar-lhe destinação diversa da prevista no plano de trabalho;

4.3.6. Devolver o bem recebido em perfeitas condições, ressalvadas as deteriorações ou desgastes naturais do uso regular, tanto na hipótese de término do prazo fixado na cláusula nona, como no caso de rescisão antecipada do acordo;

4.3.7. A **PREFEITURA**, devolverá os bens no local onde foi originalmente retirado, dentro do prazo de 10 (dez) dias após o término deste acordo;

4.3.8. Encaminhar inventário dos bens/materiais em consonância com os procedimentos estabelecidos pelo Setor de Patrimônio de Bens do **DNOCS**;

4.3.9. Em caso de perda, a qualquer título, ou dano aos bens recebidos, ressarcir ao **DNOCS** pelos prejuízos causados, podendo, a critério do **DNOCS**, tal reposição ser realizada por bens de igual valor, espécie, qualidade e quantidade;

- 4.3.10. Arcar com toda e qualquer despesa necessária ao bom funcionamento do bem, tais como recuperação, manutenção, conservação, transporte e seguro ou quaisquer outras que venham a incidir sobre os mesmos, bem como os danos porventura causados por seus agentes;
- 4.3.11. Fornecer todas as informações solicitadas pelo **DNOCS** com relação ao desenvolvimento das atividades programadas no Plano de Trabalho e realizadas com os equipamentos disponibilizados;
- 4.3.12. Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno, Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União, aos documentos e às informações relacionadas ao acordo de cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto pactuado, a qualquer tempo, independente de prévia comunicação;
- 4.3.13. Responder por todas as despesas concernentes a pagamentos de impostos, taxas ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre os bens durante a vigência do Acordo;
- 4.3.14. Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente acordo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **DNOCS** a inadimplência da **PREFEITURA** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- 4.3.15. Providenciar todas as licenças, outorgas e a implementação de quaisquer outras condições porventura exigidas pelos órgãos municipais, estaduais e federais para a execução do objeto da parceria, observando a legislação aplicável;
- 4.3.16. A **PREFEITURA** se obriga a utilizar o bem utilizando servidor capacitado para condução do veículo de acordo a exigência da legislação vigente do DETRAN e CONTRAN.
- 4.3.17. Apresentar ao **DNOCS** relatórios conforme estipulado no Plano de Trabalho.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS PROIBIÇÕES

5.1. É vedado a **PREFEITURA** :

- 5.1.1. Permitir, sob qualquer título, a utilização dos equipamentos disponibilizados pelo **DNOCS** em atividades diversas das previstas no plano de trabalho ou, ainda, utilização por terceiros;
- 5.1.2. Fazer a cessão, locação, arrendamento ou qualquer ato que implique a transferência da posse dos equipamentos disponibilizados pelo **DNOCS** a terceiros.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A **PREFEITURA** obriga-se a permitir o livre acesso de servidor ou comissão designada pelo **DNOCS** aos bens disponibilizados, a fim de acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pela **PREFEITURA**, devendo facilitar-lhe o acesso e a plena execução dos trabalhos necessários.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PESSOAL

- 7.1. A **PREFEITURA** fica obrigado a utilizar na execução das tarefas propostas no plano de trabalho pessoal treinado e com qualificação técnica comprovada para a operação dos equipamentos.
- 7.2. O pessoal que a **PREFEITURA** utilizar para a execução dos serviços previstos nas metas do plano de Trabalho será de sua inteira responsabilidade, não tendo com o **DNOCS** vínculo empregatício de qualquer natureza.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

8.1. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os **PARTÍCIPES** para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem

necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos PARTICIPES.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos PARTICIPES quaisquer remunerações pelos mesmos.

9. **CLÁUSULA NONA – DAS BENFEITORIAS**

9.1. As benfeitorias porventura realizadas pela **PREFEITURA** nos bens disponibilizados, que sejam necessárias ou úteis, integrarão automaticamente o patrimônio do **DNOCS** ao término deste Acordo.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO**

10.1. A **PREFEITURA** obriga-se a restituir ao **DNOCS** os bens recebidos, quando expirada a vigência ou rescindido o presente Acordo, em perfeito estado de conservação, funcionamento e uso, sem que lhe assista o direito a qualquer indenização.

10.2. A **PREFEITURA** devolverá os equipamentos no local onde foram originalmente retirados, dentro do prazo de 10 (dez) dias após o término deste Acordo.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

11.1. A vigência deste Acordo de Cooperação será de 1 (um) ano, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por comum acordo entre os PARTICIPES, mediante Termo Aditivo de acordo com novo plano de trabalho.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO ENCERRAMENTO**

12.1. **O presente acordo de cooperação técnica será EXTINTO:**

- a) por advento do termo final, sem que os PARTICIPES tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) por denúncia de qualquer dos PARTICIPES, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias;
- c) por consenso dos PARTICIPES antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos PARTICIPES fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos PARTICIPES.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA RESCISÃO**

13.1. O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos PARTICIPES, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos PARTICIPES que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

14.1. Os PARTÍCIPIES deverão publicar extrato do Acordo de Cooperação Técnica na imprensa oficial, conforme disciplinado no parágrafo único do artigo 175 da Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os PARTÍCIPIES, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

16. CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

16.1. Em qualquer ação promocional de iniciativa da **PREFEITURA** em função deste Acordo, deverá ser obrigatoriamente consignada a participação do **DNOCS**, através de placa de modelo padrão do governo federal.

16.2. A **PREFEITURA** deverá apor nos equipamentos relacionados na cláusula terceira, **ADESIVO** alusivo ao acordo, conforme modelo fornecido pelo **DNOCS**.

16.3. Fica vedada aos PARTÍCIPIES, a utilização nos empreendimentos resultantes deste Acordo, de nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1. As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os PARTÍCIPIES, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os PARTÍCIPIES obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos PARTÍCIPIES, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

[assinado eletronicamente]

RAFAEL GUIMARÃES DE CARVALHO
Coordenador Estadual do DNOCS na Bahia

[assinado eletronicamente]

UILSON VENANCIO GOMES DE NOVAES
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS - BA



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Guimarães de Carvalho, Coordenador Estadual na Bahia**, em 08/04/2024, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uilson Venancio Gomes de Novaes, Usuário Externo**, em 08/04/2024, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1604462** e o código CRC **5AFBB3B5**.

Referência: Processo nº 59404.000477/2024-71

SEI nº 1604462



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS

Praça Ruy Barbosa, 705, Centro, CEP 45.360-000 - Maracás, Bahia

(73) 3533 2121 / www.maracas.ba.gov.br / prefeitura@maracas.ba.gov.br

PLANO DE TRABALHO

1 – ENTIDADE PROPONENTE

| | | | |
|--|------------------|---|--|
| <u>Órgão/Entidade:</u> PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS | | <u>CNPJ:</u> 13.910.203/0001-67 | <u>E.A.:</u> |
| <u>Endereço:</u> Praça Ruy Barbosa, 705, Centro. | | | |
| <u>Município:</u> Maracás | <u>UF:</u> BA | <u>CEP:</u> 45.360-000 | |
| <u>E-mail:</u> prefeituramaracas@gmail.com | | <u>DDD/Telefone:</u> (73) 98831-8778 | <u>DDD/Fax:</u> |
| <u>Banco:</u> | <u>Agência:</u> | <u>Conta corrente:</u> | <u>Praça de pagamento:</u> |
| <u>Nome do Responsável:</u> Uilson Venâncio Gomes de Novaes | | <u>Cargo:</u> Prefeito Municipal | <u>CPF:</u> 113.277.315-68 |
| <u>C.I./Órgão Expedidor:</u> 01.771.826-01 - SSP/BA | | <u>Função:</u> Prefeito Municipal | <u>Matrícula:</u> |
| <u>Endereço Residencial:</u> Rua Nestor Sá, nº 375, Bairro Boa Vista, Maracás, BA | | | |
| <u>Município Residencial:</u> Maracás | <u>UF:</u> BA | <u>CEP:</u> 45.360-000 | |
| <u>E-mail:</u> Uilsonnovaes12@gmail.com | | <u>DDD/Telefone:</u> (73) 3533-2121 | <u>DDD/Celular:</u> (73) 99194-5758 |

2 – ENTIDADE INTERVENIENTE

| | | | |
|--|--|---|--|
| <u>Órgão/Entidade:</u> DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS | | <u>CNPJ:</u> 00.043.711/0007-39 | <u>E.A.:</u> |
| <u>Endereço:</u> 6ª Avenida nº 630, Centro Administrativo da Bahia (CAB) | | | |
| <u>Município:</u> Salvador | <u>UF:</u> BA | <u>CEP:</u> 41.213-000 | |
| <u>E-mail:</u> 375, http://www.dnocs.gov.br | | <u>DDD/Telefone:</u> (71) 3281-3900 | <u>DDD/Fax:</u> |
| <u>Convênio:</u> DNOCS | <u>Tipo de Instrumento:</u> TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA | <u>Objeto:</u> Aquisição de Carro-Pipa | |
| <u>Finalidade da Proposta:</u> Ação de combate a escassez de água nas localidades rurais, por meio da aquisição de 1 (um) Carro-Pipa. | | <u>Vigência:</u> 04/2024 a 04/2025 | <u>Nº de Famílias Beneficiadas:</u> 200 |
| <u>Valor do Repasse:</u> R\$ 680.000,00 | <u>Valor da Contrapartida:</u> R\$ 0,00 | <u>Valor Global:</u> R\$ 680.000,00 | |

*O valor da contrapartida deve respeitar os limites estabelecidos em lei.

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

| | | |
|---|----------------------------|-----------------|
| <u>Título do Projeto:</u> AÇÃO DE COMBATE A ESCASSEZ DE ÁGUA NAS LOCALIDADES RURAIS, POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE 1 (UM) CARRO-PIPA. | <u>Período de Execução</u> | |
| | <u>Início:</u> | <u>Término:</u> |
| | 04/2024 | 04/2025 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS

Praça Ruy Barbosa, 705, Centro, CEP 45.360-000 - Maracás, Bahia
(73) 3533 2121 / www.maracas.ba.gov.br / prefeitura@maracas.ba.gov.br

Objetivo Geral:

A aquisição de um Carro-Pipa objetiva minimizar os impactos da situação baixa pluviosidade no município de Maracás, Ba, no semiárido baiano, fornecendo água potável para a população residente em localidades rurais do município de Maracás, melhorando a qualidade de vida e atendendo a necessidades essenciais dessas famílias.

Justificativa da Proposição:

O município de Maracás está inserido no Nordeste brasileiro, especificamente no semiárido baiano, cuja escassez de água é um dos problemas que compromete a permanência das famílias no meio rural.

O município tem vigente decreto de emergência em decorrência da baixa pluviosidade, mesmo no período correspondente ao de maiores índices de chuva na região.

A aquisição de um Carro-Pipa é muito salutar no combate à escassez de água potável para famílias que residem no campo, minimizando as dificuldades rotineiras enfrentadas por essas pessoas e garantindo o acesso a este bem precioso e essencial à vida.

A aquisição e uso deste equipamento através do DNOCS é perfeitamente justificada, pois a oferta de água no semiárido é sempre uma ação de valorização da vida e da saúde da população, especialmente a que mais precisa nos períodos de escassez de chuvas.

A execução do objeto proposto terá um alcance social considerável, pois em torno de 200 famílias passarão a ser beneficiadas no interior do Município.

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

| META | ETAPA/ FASE | ESPECIFICAÇÃO | INDICADOR FÍSICO | | DURAÇÃO | | |
|------|---|------------------------------|------------------|-----------|-------------|---------|----|
| | | | UNID. | QUANT. | INÍCIO | TÉRMINO | |
| I | AÇÃO DE COMBATE A ESCASSEZ DE ÁGUA NAS LOCALIDADES RURAIS, POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE 1 (UM) CARRO-PIPA. | | | APD OU | 360 DIAS | | |
| | 1.0 | SERVIÇOS E MANUTENÇÃO | | | | | |
| | 1.1 | Manutenção de equipamentos | Mês | | | | 12 |
| | 1.2 | Motorista | Mês | | | | 12 |
| | 2.0 | COMBUSTÍVEL | | | | | |
| | 2.1 | Combustível | Mês | | | | 12 |

5 - METAS A SEREM ATINGIDAS

| METAS | ATIVIDADES |
|-------|---|
| I | <ul style="list-style-type: none"> - Amenizar as dificuldades com escassez de água potável em localidades rurais do município; - Atender diretamente o mínimo de 200 famílias residentes no campo; - Assegurar a permanência de famílias residindo em localidades rurais do município. |

6 - DIAGNÓSTICO/ABRANGÊNCIA

Um problema no Município é a insuficiência de equipamentos para o transporte e oferta de água potável para localidades rurais do município, algumas com distâncias superiores a 70 Km da Sede.

Uma das causas do êxodo rural é justamente a carência de água potável nos períodos de estiagem e baixos índices de pluviosidade.

Com a chegada de um Carro-Pipa, poderemos minimizar ainda mais estas dificuldades de famílias que residem em localidades do semiárido maracaense.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS

Praça Ruy Barbosa, 705, Centro, CEP 45.360-000 - Maracás, Bahia
(73) 3533 2121 / www.maracas.ba.gov.br / prefeitura@maracas.ba.gov.br

7 – RELAÇÃO DAS COMUNIDADES

| RELAÇÃO DAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE MARACÁS/BA A SEREM BENEFICIADAS COM OFERTA DE ÁGUA POTÁVEL. | | | | |
|---|----------------|--------|--------------------|------|
| LOCALIDADE | UNID. | QUANT. | FAMILIAS ATENDIDAS | HAB. |
| Pé de Serra | M ³ | 10 | 35 | |
| Boa Vista | M ³ | 10 | 15 | |
| Caldeirão dos Mirandas | M ³ | 10 | 45 | |
| Poço do Gato | M ³ | 10 | 45 | |
| Cachoeirinha | M ³ | 10 | 30 | |
| Matão | M ³ | 10 | 30 | |

8 - CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida financeira direta por parte do conveniente neste objeto. Mas caberá ao município despesas com serviços (manutenção, motorista, etc.) e combustível.

9 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Não há cronograma de desembolso.

10 - CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Maracás apresenta capacidade técnica e gerencial para supervisão do proposto.

11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao **Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) / Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)**, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho, quando couber.

Pede deferimento

Maracás, (BA), 20 de março de 2024

UILSON VENÂNCIO GOMES DE NOVAES
PREFEITO